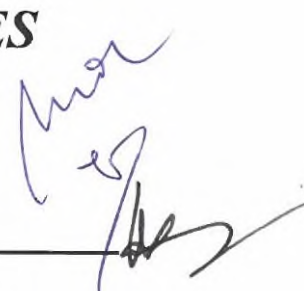


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 2/2021

Sessão Extraordinária realizada em 2021/04/25



----- Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, pelas onze horas, reuniu a Assembleia Municipal de Abrantes por videoconferência, presidida por António Lucas Gomes Mor, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Primeiro Secretário Manuel Duarte dos Santos e pela Segunda Secretária Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana. -----

Assiduidade – (doc. 1) -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à Sessão Comemorativa do 25 de abril, passando de seguida a palavra aos representantes dos Partidos que integram a Assembleia Municipal de Abrantes, presentes: -----

- MIFRM – Rui André (Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos) (doc. 2) --

- CDU – Elsa Lopes; (doc. 3) -----

- BE – Pedro Grave; (doc. 4) -----

- PSD – João Fernandes; (doc. 5) -----

- PS – Bruno Tomás; -----

- Senhor Presidente da Câmara Municipal; (doc. 6) -----

- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, terminou com a sua intervenção. (doc. 7) -----

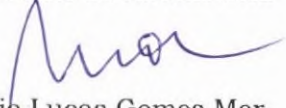
----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a participação de todos dando por encerrados os trabalhos pelas doze horas e quarenta minutos. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 2/2021

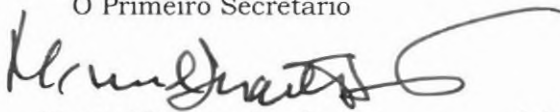
Sessão Extraordinária realizada em 2021/04/25

O Presidente da Assembleia



António Lucas Gomes Mor

O Primeiro Secretário



Manuel Duarte dos Santos

A Segunda Secretária



Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

(Assiduidade)

ÓRGÃOS	PARTIDO	ELEITOS	Sessão Extraordinária de 25 de abril de 2021	Presença	Falta	Situação
CÂMARA MUNICIPAL	PS	Manuel Jorge Sêneca Luz Valamatos Reis		✓		
		Celeste Maria Ferreira Riachos Simão		✓		
		João Carlos Caseiro Gomes		✓		
		Luís Filipe Correia Dias		✓		
		Ana Paula Teixeira Grijó Correia Pires		✓		
	PPD/PSD	Rui Manuel Duarte Baptista dos Santos		✓		
	B.E.	Armindo Rodrigues Silveira		✓		
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	PS	António Lucas Gomes Mor		✓		
		Manuel Duarte dos Santos		✓		
		Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana		✓		
		Jorge Manuel do Carmo Beirão		✓		
		Maria da Piedade Dias Fernandes Pinto		✓		
		Maria de Fátima Vicente Ferreira Chambel		✓		
		Francisco José Vilela Mendes		-	F	Justificada
		Elisabete Vieira Matias Aragão Furtado Pereira		✓		
		Benjamim Marques Filipe		✓		
		Ana Maria Antunes Braz		✓		
		Tiago André Lopes Chambel		✓		
		António Rui Emídio Pratas Veiga		✓		
		Márcia Catarina Pimenta Estriga (substituta)		-	F	Injustificada
	PPD/PSD	João Francisco Salvador Fernandes		✓		
		Fernando Manuel Ribeiro Teimão		✓		
		Maria Fernanda Pires Aparício		✓		
		Paula Monteiro Pereira		✓		
	B.E.	Pedro Alexandre Leitão Grave		✓		
		Joana Filipa Martins Pascoal		✓		
	CDU	Elsa Cristina Guerreiro Lopes		✓		
		Ana Paula de Amaral e Rodrigues do Carmo (substituição)		-	S	Substituição
		Simão Manuel de Matos Borrega (substituto e substituição)		-	S	Substituição
		Dário Manuel Agostinho da Encarnação Lima (substituto)		✓		
	CDS-PP	Tiago Estêvão Fidalgo		-	F	Injustificada
JUNTAS DE FREGUESIA	PS	Manuel João Salvador Alves	JF Bemposta	✓		
		Luís Serras Vermelho	JF Carvalhal	✓		
		Sónia Cristina Brunheta Campos Alagoa	JF Fontes	✓		
		Maria Teresinha C. Garcia Barreiro	JF Martinchel	✓		
		Pedro Alexandre Serrano Cordeiro Matos	JF Mouriscas	✓		
		Maria Florinda Fontinha Sousa Salgueiro	JF Pego	✓		
		Victor Hugo Braz Vicente Cardoso	JF Tramagal	-	F	Injustificada
		Bruno Jorge Vicente Tomás	UF Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	✓		
		José Manuel Rodrigues Felício	UF Alvega e Concavada	-	F	Injustificada
		António Martins Campos	UF São Facundo e Vale das Mós	✓		
		Luís Teixeira Alves	UF São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	-	F	Injustificada
	MIFRM	Rui Manuel Vasco André	JF Rio de Moinhos	✓		
	PPD/PSD	Álvaro Manuel Paulino	UF Aldeia do Mato e Souto	✓		

F Falta Justificada

F Falta injustificada

S Substituição

Assembleia Municipal de Abrantes

25/04/2021



Bom dia a todos e todas

Em nome do MIFRM - Movimento Independente da Freguesia de Rio de Moinhos quero cumprimentar todos e todas.

Cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, as Sr.as e Srs vereadores, todas as forças políticas, todos os deputados municipais. Um cumprimento especial aos meus colegas Presidentes de Junta.

Cumprimentar a sociedade civil, religiosa e militar.

Cumprimentar todos os portugueses, abrantinos e riomoinhenses espalhados por este mundo fora.

O 25 de Abril não poderia existir sem os partidos políticos e por isso, agradeço a todos aqueles que lutaram para que a nossa liberdade fosse conquistada.

Um bem hajam ...

Os valores de abril pertencem a todos/as os portugueses e portuguesas que queriam e ainda querem construir um país mais equilibrado e sobretudo mais justo.

Hoje, a minha intervenção é com certeza bem diferente das outras ...

O meu discurso é um desabafo, um apelo, talvez um grito, mas ao mesmo tempo é uma reflexão ...

A liberdade conquistada não simboliza que tudo está bem ... e hoje podemos afirmar que existem desigualdades e desequilíbrios cada vez mais vincados.

Desde o 25 de Abril de 74, já passaram 47 anos ... muito foi feito, mas à custa de quê e de quem?

Muita coisa mudou, no entanto, precisamos olhar com outros olhos o futuro que nos pertence.

Graças à criação do MIFRM, posso dar voz a todos aqueles que querem mudar e sobretudo dar um contributo importantíssimo para melhorar a nossa democracia.

A nossa democracia necessita urgentemente de uma nova organização, precisamos de parar e pensar uma vez por todas em que direção queremos ir, precisamos de novas ideias, novos protagonistas e sobretudo um novo caminho.

Esse caminho já existe e precisa de ser valorizado.

O exemplo do MIFRM – Movimento Independente da Freguesia de Rio de Moinhos está à vista de todos/as.

Para governar precisamos de boas pessoas independentemente de pertencer a uma estrutura partidária e/ou ser independente.

Os partidos políticos precisam de mudar e sobretudo precisam de voltar a confiar nas pessoas e as pessoas precisam de confiar nos políticos.

Segundo a LEI ELEITORAL DOS ÓRGÃOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS, podemos ler no Artigo 16.º, ponto 1 o seguinte:

As listas para a eleição dos órgãos das autarquias locais podem ser apresentadas pelas seguintes entidades proponentes:

- a) Partidos políticos;
- b) Coligações de partidos políticos constituídas para fins eleitorais;
- c) **Grupos de cidadãos eleitores.**

Os partidos políticos, assim como as coligações entre partidos, já demonstraram que não conseguem ter a confiança dos portugueses.

A abstenção está na ordem dos 50% e com tendência para subir. Todos falam sobre isso, mas ninguém faz nada.

O que sabemos é que os portugueses assim como as portuguesas estão a perder a confiança dos políticos.

Por isso e olhando com cuidado na lei em vigor e aprovada pelos partidos políticos, resta-nos valorizar o crescimento dos grupos de cidadãos eleitores (mais conhecidos por movimentos independentes).

Para quem tiver dúvidas passo a descrever alguns dados que mostram que a confiança dos portugueses/as está cada vez mais nos movimentos independentes.

A história da nossa democracia dá-nos os seguintes dados:

- Os grupos de cidadãos eleitores começaram a apresentar candidaturas a eleições autárquicas no ano de 2001 e nesse mesmo ano conseguiram 232.000 votos, ou seja, 2407 mandatos.
- Nas eleições seguintes houve mais candidaturas e em 2017, os movimentos independentes às Assembleias de Freguesia tiveram 504.000 votos tendo conseguido 3355 mandatos autárquicos, dos quais 403 presidentes de Junta de Freguesia.

Esta nova realidade, este novo mapa democrático está para durar e eu, em nome do MIFRM, continuo a afirmar que todas as pessoas, independentes, militantes e/ou simpatizantes dos partidos políticos são importantes para melhorar esta democracia.

#Juntos somos mais fortes#

Os movimentos independentes estão por todo o lado e contam com todos/as não excluem ninguém.

Para além do MIFRM, no concelho de Abrantes ainda existem os movimentos independentes das Mouriscas e do Tramagal.

Urge o aparecimento de mais movimentos em todas as freguesias para que a democracia funcione em pleno e possa dar voz a todos/as.

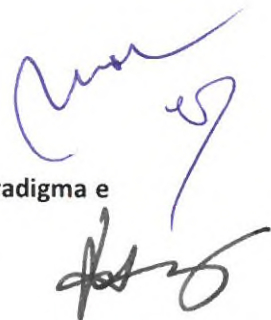
Fica o desafio ...

Para finalizar esta minha intervenção, dizer-vos que estamos perante um novo paradigma e uma nova realidade.

Por isso, faço um apelo à reflexão e sobretudo à mudança ...

Urge uma nova escola de cidadania a fim de combater o insucesso democrático.

Porque hoje é o dia 25 de Abril ... o dia da Liberdade, da Fraternidade e da Igualdade.



Certo dia, BERTOLT BRECHT disse:

“Há homens que lutam um dia, e são bons;
Há outros que lutam um ano, e são melhores;
Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons;
Porém há os que lutam toda a vida
Estes são os imprescindíveis”

Viva o 25 de abril, viva Portugal.

Rui André – Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos
MIFRM - Movimento Independente Freguesia Rio de Moinhos



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Abrantes, Exmas. Sras e Srs. membros da Assembleia Municipal de Abrantes, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, Exmas. Sras. Vereadoras e Exmos. Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Abrantes, permitam-me que dirija aqui publicamente uma saudação especial a toda a população Abrantina, ao Nosso Povo de Abrantes.,

Exmas Sras. e Exmos Srs.

Celebramos hoje os 47 anos da Revolução de Abril, que constitui uma realização histórica do povo português, um acto de emancipação social e nacional, acontecimento ímpar da História da pátria portuguesa que continua a reunir e congregar com júbilo os portugueses por todo o País.

O seu significado profundo, os seus valores e os seus ideais não só permanecem na memória e no coração do nosso povo, como são – pela sua actualidade e capacidade mobilizadora – um guia para a nossa acção colectiva na construção de um Portugal mais fraterno e solidário, mais livre, democrático e desenvolvido.

Comemorarmos hoje a Revolução do 25 de Abril e, neste acto de elevação dessa gloriosa madrugada e do processo que se seguiu, celebramos a luta heróica de anos e anos de resistência e combate ao fascismo, o sacrifício e a coragem de gerações de portugueses.

Celebramos, hoje, a Revolução de Abril, desencadeada pelo levantamento militar do Movimento das Forças Armadas e logo seguido de um empolgante

levantamento popular, que transformou, profundamente, toda a realidade nacional e realizou transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos e impulsionou transformações económicas e sociais.

A Revolução do 25 de Abril é património do povo e é património do futuro, construído pela luta dos trabalhadores e do povo e ao qual, nós comunistas, nos orgulhamos de ter dado um contributo inigualável, não apenas na longa e heróica resistência que a Abril conduziu, mas em todos os momentos decisivos da sua construção.

É um património de grandes transformações e grandes conquistas, muitas das quais são hoje assimiladas como naturais, como sejam o vasto conjunto de direitos, liberdades e garantias: o direito à vida, à integridade moral e física das pessoas

que era posta em causa pelo fascismo, esse odioso regime de quase meio século de opressão, atraso económico, social, cultural e civilizacional, analfabetismo, emigração em massa, isolamento internacional e guerra, que usava a violência como instrumento repressivo de protecção e sustentação da ditadura terrorista dos monopólios e latifúndios.

Muitas e importantes foram as transformações permitidas pela Revolução de Abril para a nossa vida colectiva, como foram as medidas tomadas a favor dos trabalhadores no plano dos direitos laborais e sociais, como a liberdade sindical,

o direito à greve e a não ser despedido sem justa causa, o Serviço Nacional de Saúde – tão decisivo e fundamental neste tempo de epidemia, o qual precisamos de continuar a defender e agir para que se reforce –, mas também nos domínios

da educação, segurança social, do direito à igualdade das mulheres no trabalho,
na família, na sociedade, e direitos da juventude.



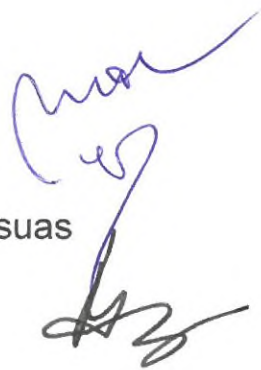
Grandes e importantes foram as conquistas e transformações que operaram mudanças também na estrutura económica com as nacionalizações de sectores estratégicos e valorizando o papel das pequenas e médias empresas, e que permitiram ao povo a conquista do direito de decidir sobre os problemas das suas terras e do seu desenvolvimento com a institucionalização do Poder Local democrático.

O Poder Local é uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial
e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado pelas comissões administrativas, logo após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976. O Poder Local Democrático afirmou-se operando profundas transformações sociais e com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações
e na superação de enormes carências, nalguns casos até excedendo, em larga medida, as suas competências.

Comemorar Abril, relevando o que o Poder Local representa enquanto conquista desse momento ímpar da nossa história colectiva, exige que se lhe reconheça
as condições para o exercício das suas atribuições e competências.

Não basta tecer elogios ao poder local sem que se lhe atribuam os meios indispensáveis à sua autonomia e os recursos para o pleno exercício das suas responsabilidades.



Não basta repetir loas à descentralização e, ao mesmo tempo, manter bloqueada

a criação das regiões administrativas que, 45 anos depois de estar consagrada constitucionalmente, está por cumprir.

Não basta enaltecer a capacidade de realização das autarquias quando se tem em vista transferir competências sem meios financeiros correspondentes num processo que é, sobretudo, de desresponsabilização do Estado por funções que lhe competem . Não basta falar

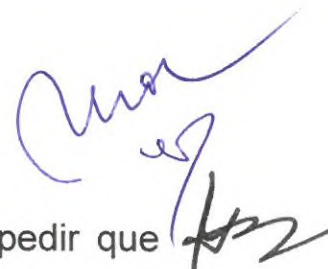
das vantagens de proximidade quando se quer alijar responsabilidades centrais e, ao mesmo tempo, teimar em manter por repor e devolver ao povo as mais de mil freguesias liquidadas contra a vontade das populações.

As comemorações da Revolução de Abril, no ano em que se assinalam os 45 anos da Constituição da República, devem ser um momento para afirmar o Poder Local

e o que ele representa de espaço de realização de direitos e aspirações populares. Um momento de afirmação da democracia, tanto mais actual quanto se desenham e se assumem abertamente projectos reaccionários e antidemocráticos.

Comemorar Abril é também, nas actuais circunstância, fazer uma afirmação de confiança no futuro, mostrar que a vida pode e deve prosseguir, criando todas as condições de prevenção e protecção, apontar o sentido de vivência colectiva, de partilha e de participação como indispensáveis à realização humana e à felicidade...

Mulheres e Homens de Abrantes



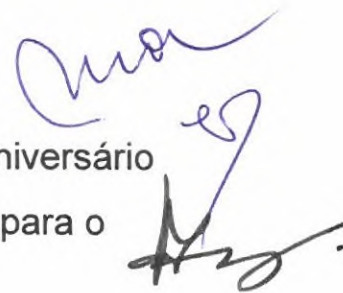
É preciso cumprir Abril. E para cumprir esse desígnio é preciso impedir que sejam os trabalhadores e as pessoas mais vulneráveis a serem as principais vítimas das nefastas consequências económicas e sociais da crise provocada pela pandemia do COVID-19 e, é preciso continuar a combater políticas de retrocesso, como a precarização das relações de trabalho e o aumento da exploração dos trabalhadores, a manutenção dos baixos salários e pensões, o ataque aos serviços públicos e às funções sociais do Estado que devem ser garantidos de forma universal, não deixando de defender o interesse nacional na política externa.

Para cumprir Abril, temos de ultrapassar as dificuldades do momento que vivemos, não recuando na reposição e aumento de rendimentos e salários, na estabilidade laboral, no reforço dos serviços públicos, na garantia do direito à educação e à saúde, na garantia do acesso à criação e fruição cultural, nos direitos das famílias.

A calamidade que enfrentamos evidencia, uma vez mais, o valor inestimável do Serviço Nacional de Saúde como eixo estruturante do regime democrático, só possível graças à Revolução de Abril e que importa defender e reforçar, cumprindo-nos dirigir uma sentida e justa saudação a todos os profissionais de saúde pela sua abnegada dedicação à causa pública, tantas vezes com risco para a própria vida.

É hoje necessário reforçar o Serviço Nacional de Saúde, em meios humanos e técnicos, é necessário reforçar a estrutura de saúde pública, assegurando a interrupção das cadeias de contágio por via da testagem massiva, é necessária uma vacinação rápida de todos os portugueses, concretizando o direito à saúde, plasmado na Constituição que saiu da Revolução de Abril.

Os tempos que vivemos, neste momento de comemoração do 47.º aniversário do 25 de Abril de 1974, não são tempos fáceis para quem trabalha e para o nosso povo.



Neste momento tão difícil reafirmamos que para cumprir Abril se impõe continuar a lutar para acabar com múltiplas discriminações e injustiças sociais ainda existentes, e que a pobreza, a desigualdade entre homens e mulheres, a homofobia, o desrespeito dos direitos humanos das pessoas com deficiência, a xenofobia e o racismo têm de ser combatidos e expurgados da nossa sociedade!

Comemorar Abril é convergir na defesa dos valores de Abril, na defesa da liberdade, da democracia, da reposição e conquista de direitos e rendimentos, do desenvolvimento de políticas para uma mais justa distribuição da riqueza, da construção de uma sociedade inclusiva, caminho que só é possível ultrapassando os constrangimentos impostos a um desenvolvimento nacional sustentável e soberano.

Comemorar Abril é convergir para cumprir valores da cooperação, da Paz, da solidariedade, da não ingerência e pela solução pacífica dos conflitos internacionais, afirmando a concepção universalista do Povo Português de amizade com todos os povos do mundo, e em particular, com os povos de língua oficial portuguesa.

Nestes tempos de comemoração do Abril da Revolução, mais uma vez se reafirma que o PCP não desistirá de lutar por uma política conforme à Constituição, visando concretizar a construção em Portugal de uma democracia simultaneamente política, económica, social e cultural.

São muitos e importantes os combates de Abril e por Abril que estamos a travar e temos que continuar a travar.

Caminho que se abrirá com a vontade, a força e a luta dos trabalhadores e do povo e com o reforço desta grande força de Abril que é o PCP!

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'M' followed by a flourish and the number '29'.

Obrigada,

VIVA o 25 de ABRIL!

VIVA A DEMOCRACIA!

VIVA ABRANTES!

25 de Abril de 2021

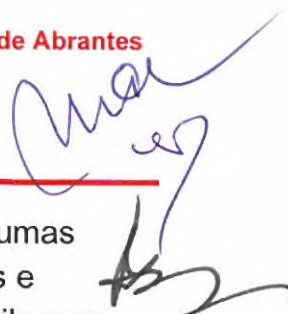
Antes de mais, espero que os tempos difíceis que atravessamos estejam mais perto de suavizar-se, graças ao esforço para travar o Covid-19, um esforço de entidades mas também individual, pois o comportamento de cada um é factor decisivo num mal que se transmite pelo toque e pela proximidade. Esta também é uma revolução, mas da saúde pública e também dos comportamentos sociais e culturais.

Apesar de todos os sacrifícios e esforços, as perdas são grandes, os números avassaladores.

Mas, tal como a porta que o 25 de Abril de 1974 nos abriu e que transpusemos cheios de esperança num futuro mais luminoso e cheio de possibilidades novas, temos aqui, hoje, agora, no meio do caos instalado, uma porta aberta para novos modos de encarar o futuro, a sociedade, a natureza e o ambiente. As alterações ambientais benéficas que ocorreram, como a redução da poluição atmosférica e sonora, o aumento geral da qualidade do ar e a redução de emissões de gases de efeito de estufa, mostram-nos que é possível, mostram que menos pode ser mais.

Tornou-se ainda mais claro que não podemos desperdiçar esta oportunidade de mudança, qualquer que seja a saída da pandemia, esta tem de se focar na alteração da insustentabilidade dos sistemas de produção e consumo actuais, de modo a podermos atingir benefícios ambientais a longo prazo. A pandemia do COVID-19 reforça ainda mais a importância das correlações entre os sistemas sociais e naturais: a resiliência social depende muito do suporte de um sistema ambiental robusto.

Ainda outra revolução necessária e evidente: o fim das patentes sobre as vacinas, especificamente as de combate ao Covid-19, como forma de poder aumentar a produção e atingir a consequente e desejada imunidade de grupo, conforme defende a Organização Mundial de Saúde. Se queremos um mundo imune ao Covid-19, a vacina deve ser tida como um bem de acesso universal, até por todo o dinheiro público investido na investigação do combate ao vírus.




Andando para uma outra revolução, num passado mais longínquo: há algumas centenas de anos, os livros nas bibliotecas estavam presos com correntes e cadeados às estantes, para não serem roubados! O valor dos livros, daquilo que continham, era extremamente elevado, a sua posse muito desejável. O conhecimento, o saber, que antes tinham de passar pela oralidade, pela palavra passada entre quem falava e quem ouvia, agora estava escrito e condensado em tomos, disponíveis para prática consulta e por bastante tempo.

Regressando ao presente, para outra revolução e para estabelecer uma analogia: apesar de toda a informação que hoje temos ao dispor, em quantidade inesgotável e quase imediata, o conhecimento continua a ter limites, leva mais tempo a adquirir e aumentar, mantém um alto valor. Por oposição, quanto mais informação há disponível, mais tende a ser pobre, escolhida por terceiros, humanos ou máquinas, tantas vezes sofrendo distorções e filtragens prévias, empacotada para consumo rápido, descartável em horas ou minutos. Dizem que a informação personalizada à medida de quem a vai receber é tudo aquilo que mais precisamos, mesmo que ainda não o saibamos. Alguém ou algo a escolher por nós o que havemos de saber, não vos parece uma forma de limitação que antes conhecíamos por outro nome?

A mim esta modernidade com cheiro a mofo faz-me lembrar males velhos pintados de fresco. Como ainda há tão pouco tempo uma pandemia global parecia ficção, apenas mote para cinema de catástrofe, também pensava eu que não se repetiriam as deformações do passado. Mas repetem, e nem é difícil perceber porquê: como as pessoas e as sociedades têm comportamentos mais ou menos regulares e estudados, as receitas para manobrar as massas mantêm-se por muito tempo, com poucas ou nenhuma alterações.

Com a facilidade de acesso e difusão, o uso de informação distorcida e/ou manipulada aumenta a pressão sobre as democracias e seus actores tradicionais, permitindo a ascensão ao poder de extremistas e populistas, fazendo ressurgir símbolos e motes do passado, violência e insegurança, logo aproveitada para mais distorção e inversão da culpa.



E aqui chegados, temos de falar sobre responsabilidade. Ora o poder, quem o tem exercido e exerce, não pode louvar hoje o espírito do 25 de Abril sem reconhecer as ameaças que pairam sobre a Democracia, a Liberdade e os direitos fundamentais, e de igual modo, não pode louvar hoje este espírito sem tomar responsabilidade, tanto pelas más opções como pelas inércias que conduziram a este estado. Lembro por exemplo danoso a alteração em 2020 da lei eleitoral autárquica, que veio trazer dificuldades acrescidas aos pequenos partidos e movimentos independentes, num exercício evidente de espartilhamento da democracia, felizmente alterado recentemente, com melhorias.

Concluindo e ligando tudo ao que aqui nos junta, celebramos o 25 de Abril e eu celebro-o efusivamente com todos os democratas, mas, para lá da evocação do momento histórico importa, ainda e para mais, manter vivo o espírito que lhe deu origem, os sentimentos e vontades que estiveram na sua base, a fome de Liberdade e Democracia que levou à Revolução!

Terminando, evoco um reconhecido democrata, um camarada que nos deixou prematuramente há 9 anos cumpridos ontem, o saudoso Miguel Portas:

“As atitudes têm de servir para algo mais do que conquistar votos ou justificar passados. Têm de ajudar a inventar um futuro onde as pessoas possam crescer não em função do que têm, mas do que podem ser.”

Mantenham-se seguros, protejam-se e protejam os outros cumprindo as indicações das entidades de Saúde e das autoridades. Em analogia com a revolução de 1974, acredito que também sairemos melhores e muito mais fortes desta pandemia, do estado que atravessamos.

Pedro Grave
Bloco de Esquerda



(doc.5)

DISCURSO DE COMEMORAÇÃO DO 25 DE ABRIL DE 1974
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES
EM REPRESENTAÇÃO DO PPD/PSD PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Abrantes, sem desmerecer a importância das instituições, porque não há democracia sólida sem instituições, deixe-me, primeiramente, endereçar os meus cumprimentos abrilistas a todos os munícipes que nos estão a ver e ouvir resguardados nas suas casas.

Faço-o, em meu nome e do partido que represento, o PPD/PSD Partido Social Democrata, para que nunca nos esqueçamos de que todos os esforços que fazemos, lutas que enfrentamos e opções e decisões que tomamos nesta Assembleia Municipal devem a sua razão de ser a melhorar a qualidade de vida dos nossos munícipes não só enquanto comunidade, mas também enquanto pessoas, porque o princípio e o fim da actividade política residem na pessoa humana.

Agora, sim, apresento os meus cumprimentos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e aos Senhores Secretários da Mesa, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e aos Senhores Vereadores, a todos os Deputados Municipais e aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, não esquecendo, porque seria uma injustiça, a comunicação social que nos acompanha e que cumpre a nobre missão de informar os cidadãos.

Excelentíssimos Senhores,

Quando o corrente mandato autárquico se iniciou, nenhum de nós imaginava que o seu exercício terminaria sob o jugo de uma doença que nos obriga a conviver, para nossa protecção, de rostos açaimados por máscaras, a sobreviver fechados entre quatro paredes e a passar longos períodos sem tocar nos nossos amados.

Nenhum de nós imaginava que, pela segunda vez, estaríamos a celebrar o 25 de Abril de 1974, o dia da Liberdade, de portas físicas cerradas para os munícipes que servimos e limitados no gozo desse direito, a liberdade, que é mais do que isso: é um valor universal, é uma virtude essencial à dignidade do ser humano.

Dito isto, e assumindo que este tipo de comemorações implica discursos, e que esses discursos, mais ou menos descarnados, mais ou menos críticos, procuram, de alguma forma, motivar e dar esperança a quem os escuta, é difícil encontrar palavras de motivação, neste contexto tão opressivo, que não soem a lugares-comuns e a chavões desprovidos de verdadeira substância.

No meu caso, acresce uma adversidade, porque não me posso virar para o passado e relatar as minhas experiências no pré e no imediato pós-25 de Abril de 1974, demonstrando o tanto que mudou, para melhor, e tentando que esses exemplos evidenciem que, enquanto houver pernas e vontade, haverá caminho para percorrer e espaço para acreditar num futuro valoroso.

E não o posso fazer, porque não vivi esses momentos históricos e porque aquilo que sei me chegou através dos livros, da escola e das conversas amigáveis, de fim de tarde, que partilhei com muitos homens e mulheres que participaram convictamente nesses tempos revolucionários. Há que ser humilde e reconhecer que, não havendo donos do 25 de Abril, como alguns pensam que o são, a solenidade do acontecimento aconselha bastante cuidado na maneira como o tratamos.

No entanto, as forças políticas que representamos e a confiança dos eleitores, traduzida no acto sagrado de votar, devem impelir-nos a nunca esmorecer e, independentemente do método, a trazer esperança aos portugueses e, no nosso contexto, aos que fazem de Abrantes o seu Concelho.

Pode parecer que estou a falar pouco para os abrantinos e muito para os eleitos, mas não é assim. Porque não existe política democrática sem eleitores e sem eleitos, sem essa maviosa simbiose que se chama democracia representativa, e que assegura a todos os cidadãos a possibilidade de serem eleitores e eleitos, porque todos são parte de uma mesma comunidade!

E devemos zelar por esse elo que nos liga: a comunidade!

Ainda assim, o PPD/PSD não pode prescindir desta oportunidade para salientar que a sociedade portuguesa -- e Abrantes não é excepção --, infelizmente, é uma sociedade muito frágil em termos económicos, financeiros e culturais; é uma sociedade muito dependente da solidariedade social.

Nós somos uma comunidade pouco emancipada, pouco reivindicativa, com medo de perder as ajudas que qualquer Estado digno deve garantir aos seus cidadãos.

E não entendam, neste encadeamento de palavras, qualquer censura à solidariedade social ou ao Estado Social, porque eles são essenciais e indispensáveis, principalmente, nesta fase de pandemia.

Ora, esta fragilidade é aproveitada, em excessivas situações, para que alguns atinjam e se perpetuem no poder, seja qual for a natureza desse poder, seja um poder público ou um poder privado; uma fragilidade que, sem dúvida, se vai agravar por causa desta maleita mortal que nos assola.

E, se queremos uma democracia saudável e livre, não se pode ceder à tentação de aproveitar a fragilidade alheia, utilizando mecanismos de amparo social e até o emprego para silenciar quem discorda de nós.

Pois bem, meus senhores, e onde está a esperança nisto tudo?

A esperança concretiza-se na interiorização de que, quer na esfera privada, quer na esfera pública, se não se ceder ao oportunismo, o reforço destes mecanismos de amparo poderá vir a ser a bóia de salvação que impedirá a queda de muitos e, igualmente, poderá vir a ser um trampolim -- que não se basta por si próprio, é certo -- para a emancipação de tantos outros.

A esperança está em quem exerce o poder, seja este poder público ou privado, agir em contínuo exame de consciência.

Meus senhores, não existem democracias perfeitas, até porque o que é perfeito não precisa de ser melhorado, estagna! E a estagnação é aborrecida. Mas nós podemos melhorar.

E é isso que eu e o PPD/PSD Partido Social Democrata queremos em Abrantes: que a nossa democracia local melhore, para que o lema "25 de Abril, sempre! Fascismo, nunca mais!" não se torne numa máxima seca de conteúdo.

Viva o 25 de Abril!

Vivam os 47 anos do 25 de Abril de 1974!

Viva Abrantes!

Viva Portugal!

Em representação do Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata,

João Salvador Fernandes

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'João Salvador Fernandes', written in a cursive style.

(doc.6)



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Abrantes,
Sras e Srs Vereadores do Município de Abantes,
Sras e Srs deputados desta Assembleia,
Sras e Srs Presidentes das Juntas de Freguesia,
Caras e caros munícipes,
Minhas Senhoras e Senhores,

Evocamos hoje, nesta sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Abrantes, o 25 de Abril de 1974. Data que se tornou sinónimo de Liberdade, Igualdade, Fraternidade, Solidariedade e de Democracia. Valores que nos representam enquanto povo e nação.

O período de ditadura, que terminou a 25 de Abril de 1974, é um dos períodos da nossa história que mais preenchem o imaginário dos portugueses, sobretudo daqueles que não o viveram. Para a minha geração e para as gerações mais novas, só nos é possível imaginar as dificuldades pelas quais os portugueses tiveram de passar, e, a todo o tempo, valorizar a coragem e a resiliência que foram necessárias a essas gerações para nos darem um novo recomeço.

Aos filhos de abril, nascidos pós 74, foi-lhes oferecida liberdade, concretizada no direito a uma vida mais digna, no acesso ao trabalho, à saúde, à educação, à capacidade de escolher, de decidir, de expressar, de viver sem censura.

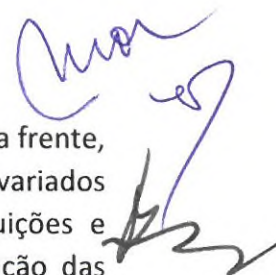
Neste percurso em liberdade, a forma como o país tem vindo a afirmar os princípios democráticos de abril, deve-se, em grande parte, à presença e relevância que o poder local assumiu no território nacional.

Os municípios e as juntas de freguesia são as estruturas do Estado com maior proximidade e visibilidade junto dos cidadãos. Reside nelas o real conhecimento dos hábitos, das dinâmicas e das necessidades da comunidade, que permitem uma inigualável capacidade de criar uma ligação afetiva e de proximidade junto das pessoas, na aplicação das políticas centrais.

Na relação de união que faz Abrantes, que tantas vezes refiro, é fundamental que todos os Abrantinos encarem o poder local como seu grande parceiro, aquele a quem se devem dirigir quando sentem dificuldades, cabendo-nos dar a melhor resposta possível, de acordo com a Lei.

Ao longo do último ano a importância do poder local saiu reforçada aos olhos dos cidadãos e da opinião pública, pelo enorme esforço que todos temos realizado para fazer face ao período histórico de emergência nacional, provocado pela Covid-19.

O Município de Abrantes e as nossas juntas de Freguesia têm estado na linha da frente, prestando auxílio e implementando um vasto conjunto de medidas nos mais variados domínios, através de medidas extraordinárias de apoio às famílias, instituições e empresas. Paralelamente, temos criado as melhores condições para a atuação das autoridades de saúde, em diversos domínios.



Mas a importância do poder local não se esgota no combate direto à pandemia, uma vez que o grande desafio que teremos de enfrentar ao longo dos próximos anos está relacionado com a recuperação económica e social, nomeadamente, na implementação das várias medidas de âmbito internacional e nacional que estão a ser tomadas e que teremos de adaptar à nossa realidade local, assim como na implementação de medidas que tomamos por nossa iniciativa no quadro das nossas competências municipais.

Este é um trabalho contínuo, que estamos a desenvolver com grande empenho e responsabilidade, garantindo que na execução destes procedimentos respeitaremos os valores de abril, não deixando ficar ninguém para trás. Esse é o meu compromisso de honra para com a nossa comunidade, que reitero aqui hoje perante vós.

No processo de democratização do nosso território e de união da nossa comunidade, que temos vindo a trabalhar e a apelar, é importante manter os valores de abril, que, algumas vezes, são feridos por campanhas de ódio, de fake news, populismo ou mesmo intolerância.

Apesar das dificuldades e dos obstáculos que temos enfrentado e que continuaremos a enfrentar, temos de manter a coragem, o espírito resiliente e solidário que nos é característico, honrando os valores de abril pelos quais tantos portugueses lutaram, em prol do bem comum.

Foi a união que nos deu a democracia e a liberdade e será ela que nos dará o futuro.

É este o nosso caminho!

Viva a democracia!

Viva a liberdade!

Viva o 25 de Abril!

Viva Abrantes!



Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras e senhores membros desta Assembleia,
Senhoras e senhores Vereadores,
Senhoras e senhores representantes dos órgãos da comunicação social,
Senhoras e senhores que nos acompanham através dos meios que a internet nos disponibiliza

A todos saúdo, neste 25 de abril de 2021, 47º aniversário do dia em que o movimento dos capitães de Abril libertou Portugal de uma longa ditadura.

Saúdo também esses bravos militares que conquistaram para nós o direito de aqui podermos estar, o direito de assinalar esta importante data e podermos fazê-lo em liberdade.

É sempre bom recordar e assinalar, porque foram eles que nesse ato de coragem e determinação sem limites, nesse 25 de Abril, tudo arriscaram e numa mão cheia de sonhos, com essa conquista, devolveram também a soberania ao povo, deixando a cada um dos portugueses o desafio da construção do futuro.

A quem não viveu esse dia, relembro que foi essa liberdade conquistada que nos deu o direito e a obrigação de em cada dia, tudo fazer para que “**Liberdade, igualdade, fraternidade**” sejam não só um desejo, uma reivindicação, mas um objetivo a permanentemente melhorar.

Por isso, neste sentir, neste tempo que vivemos absolutamente afetado pela pandemia Covid-19 que a todo o mundo veio acrescentar dificuldades, importa revisitar, importa analisar a imensidão do significado desta expressão, “**Liberdade, igualdade, fraternidade**”, e trabalhar, dar contributos para a concretização deste manifesto democrático.

Volvido mais de um ano que a pandemia condiciona o nosso quotidiano, pergunto-me: o cidadão comum e em especial aquele que em Portugal nasceu depois da “revolução dos cravos” alguma vez terá imaginado ter de viver em liberdade condicionada como a que, pelas razões conhecidas, temos estado a viver?

De pequenino ouvi e tenho procurado ter como prática, que “máxima Liberdade” implica “máxima responsabilidade”.

Sem que ninguém possa dizer que está livre de vir a ser afetado pela doença e eventuais consequências nefastas, e sabendo que nas regras em uso, um cidadão infetado, um só que seja, pode determinar o confinamento de um vasto território populacional, sejamos compreensivos, sejamos parte da solução, no respeito pela nossa liberdade e pela dos outros.

Todavia, ser parte da solução não é necessariamente deixar de, responsavelmente, alertar e contribuir para que o caminho da “Liberdade e igualdade” seja percorrido.

Também nesta pandemia tem ficado evidente que uma das conquistas de Abril, o Serviço Nacional de Saúde, tem tido, positivamente, um papel relevante.

Sabemos que o nosso executivo municipal, as nossas freguesias, através de algumas medidas, intervenções e permanente acompanhamento das situações têm sido parte das soluções encontradas.

Desculpar-me-ão ... 25 de Abril, foi e é uma lição, que em alguns momentos, me importa recordar, porque tem importância nas nossas vidas.

Há quarenta anos atrás, na génese do SNS, coordenei neste nosso concelho a Comissão Integradora dos Serviços de Saúde Locais, e, inerentemente, o Serviço Médico à Periferia, que deu respostas neste nosso concelho e em alguns dos limítrofes.

Nos postos médicos das nossas freguesias, onde, pelo benefício do direito à saúde pública, igual e universal, entusiasticamente e como parte da solução, em alguns locais até pela intervenção do poder local ou só pela iniciativa dos moradores locais, foram edificadas e colocadas em funcionamento novas e excelentes instalações.

Ou no contributo significativo que puderam dar no serviço de urgência do velho Hospital.

Alguns desses jovens médicos viriam, de seguida, quer nos cuidados primários, quer no nosso “novo” Hospital, que entretanto entrou em funcionamento, a ser “dos nossos”, como munícipes e excelentes profissionais de saúde.

Quanto se beneficiou com essas intervenções, quanto valor teve o Serviço Médico à Periferia!

Para quem, como eu, um dia no final da década de 70, século passado, recorreu por volta das 23 horas, numa solicitação de serviço de urgência, ao velho Hospital (do Salvador) me foi dito “não há médico”, tendo-me valido em sua casa, o atendimento cuidadoso do saudoso, que também foi Presidente desta Assembleia Municipal, Dr. José Vasco, sempre disponível, amigo e sempre médico em cada 24 horas de todos os dias, falar do nosso “novo” Hospital, importa dizer que significou uma melhoria, uma alteração positiva, substancial e radical dos serviços e da qualidade da saúde que passou a ser prestada à nossa população.

Sei, sabemos que “roma e pavia” não se fizeram num dia e que muito se tem feito.

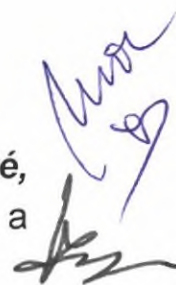
O SNS tem feito o seu percurso, algumas vezes com reparos. Mas o bom exemplo que algumas das respostas do SNS têm dado ao drama que a sociedade tem vivido, têm merecido aplauso de todos nós. É uma verdadeira conquista de Abril, indispensável a toda a população.

Tudo está bem? Não está!

Sendo os cuidados primários a base da estrutura de cuidados de saúde à população, componente fundamental e imprescindível para o seu bom funcionamento, não podemos deixar de manifestar a nossa inquietude por continuar a haver, no nosso concelho, cidadãos que não têm médico de família.

Também, na difícil vivência deste último ano pelo efeito da pandemia, não deixo de ter presente o determinante pensamento “Liberdade,

Igualdade, Fraternidade", que na expressão francesa "**Liberté, Egalité, Fraternité**" foi "grito colectivo" que marcou a França e a história, em Maio de 1968.



E não o é por mera utopia, é pela necessidade de o último pilar desse pensamento, a "**Fraternidade**", hoje aconchegado entre nós na palavra "Solidariedade", ter de ser mais comumente sentido.

Entre quem da solidariedade necessita e quem frequentemente utiliza a palavra, nem sempre o significado é o mesmo. A angústia de nela encontrar apoio e ele não surgir por parte de quem é suposto poder e dever fazê-lo, leva a que por parte das pessoas, das populações e instituições onde ela é absolutamente necessária, o uso da palavra solidariedade apenas pareça servir para engalanar discurso.

Existem instituições de solidariedade social, no nosso concelho também, em que, apenas dando de si e no exercício da cidadania que a todos é conferido, alguns cidadãos - como há dias reconhecia e afirmava o senhor Presidente da CNIS, de que citarei alguns registos - juntaram o seu saber crer, com o seu saber querer e saber fazer. Obtendo genericamente o envolvimento da população em que a "obra" se integra e o reconhecimento e estabelecimento de parceria e acordo com as autoridades públicas responsáveis pelo setor, têm podido ser úteis aos seus concidadãos

Algumas nasceram depois de 1974 no espírito "utópico" da "**Liberdade, igualdade, fraternidade**" criando infraestruturas em que as antes existentes não proporcionavam alguns desses serviços ou eram insuficiente resposta.

Acreditou-se na junção dos saberes e querer e abnegada dedicação dos seus voluntários dirigentes. Com esse crer no envolvimento solidário da sociedade e nos valores da solidariedade e justiça social do Estado democrático, a "obra social" existe e todos têm de tudo fazer para garantir a sua continuidade.

Todas prestam serviços em respostas sociais que são necessidade imperiosa, respondem às necessidades da nossa população, apoiam as famílias, desde a nascença dos seus filhos ao terminar da vida humana.

Vamos sabendo o que é a realidade neste envelhecimento atual.

As melhores condições de vida e a ciência médica tem feito avançar a esperança média de vida. As instituições têm de garantir aos nossos mais velhos o que até ao último batimento do seu coração merecem e lhes é devido, tratamento com dignidade que é exigível ao ser humano.

Na maioria, para além da sua condição de velho, são doentes e só estão institucionalizados porque a sua condição é incompatível com o continuar a viver no seu meio familiar.

A evolução deste último ano, em particular, tem sido angustiante para as instituições, face ao acréscimo dos custos inerentes a todas as situações, às novas obrigações e, muito, muito aos acrescidos aumentos dos custos com pessoal, mais que proporcionais à receita legalmente estabelecida, quer na componente dos utentes, quer do Estado que é parceiro.

Sem o necessário e proporcional acompanhamento na componente receita ao acréscimo de custos, "determinar" às instituições que uma estrutura pensada para o ser como "residencial", seja tornada "unidade de saúde", vai-se tornando inoportável.

As instituições "têm sabido desenvolver valores e saberes numa postura perante a vida, perante as pessoas, perante os problemas e perante os dramas sociais, solidificando-se, desenvolvendo-se e adaptando-se às realidades, às necessidades e às vicissitudes de cada época", como ficou evidente no período que ficou designado de "tempo da troika", em que pela sua ação e intervenção disfarçaram, resolvendo, muitos dos dramas que em muitos setores da sociedade eram vividos.

Em entrevista à Lusa, em Bruxelas, a comissária europeia da Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, destacou o pacote de emergência sem precedentes mobilizado a nível europeu desde há um ano para ajudar os Estados-membros a fazer face à crise, que "tem permitido que o impacto sobre o emprego não tenha sido tão grave como se esperava", designadamente com os apoios às empresas para

manterem os postos de trabalho, advertindo que "não se pode pensar que, uma vez a poeira assente, não vai haver um grande impacto a nível social".

A comissária portuguesa disse também ter, por isso, expectativas "muito positivas" relativamente à Cimeira Social no Porto, uma "iniciativa da presidência portuguesa que é muito bem-vinda" já que, realça, "numa pandemia com esta gravidade, não só em termos de saúde, mas também em termos económicos, que é muito importante dar visibilidade política à necessidade de olharmos para as questões sociais e para o emprego".

Também pelo que aqui foi dito, acreditamos, só podemos acreditar, que as instituições de solidariedade social sejam vistas na sua verdadeira dimensão social, em que o Estado é parceiro determinante, para além de entidade tutelar, e que como no passado e durante muitos anos com o estabelecido pelo Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social assinado em 1996, com mais ou menos dificuldade, ainda que com algum atraso, seja reconhecido e recompensado na justa medida o valor do seu desempenho.

Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras e senhores membros desta Assembleia,
Senhoras e senhores Vereadores,
A todos os cidadãos que nos acompanham

Acreditamos na Revolução, feita de cravos, que soube semear a esperança num Portugal melhor, que nos legou a obrigação de construirmos a "Liberdade, Igualdade, Fraternidade" e soube proibir a opressão, o totalitarismo.

Pelo "Abril" que comemoramos, por uma sociedade mais justa, há que continuar a trabalhar e a lutar. Em Abrantes, neste município, interpreto que todos os que aqui estão, enquanto representantes dos seus eleitores, têm procurado fazer por isso.

É este 25 de Abril que recordo, é este 25 de Abril que gostaria pudesse ser transmitido para a juventude atual e futura.

António Mor